



O Senso Comum e o Conhecimento Científico nos Discursos Midiáticos: Análise do Primeiro Mês da Campanha de Vacinação contra a Influenza H1N1¹

Kátia Lerner²
Igor Sacramento³

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Como parte das atividades do Observatório Saúde na Mídia, este trabalho analisa as relações entre o senso comum e o conhecimento científico nos discursos midiáticos sobre a Influenza H1N1 produzidos em março de 2010. Depois da pandemia ocorrida em 2009, a partir de 8 de março do ano seguinte, o Ministério da Saúde realizou uma campanha nacional de vacinação para evitar um novo surto de contaminação pelo vírus. Tendo como base cinco jornais – *Zero Hora*, *Estado de Minas*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* –, selecionamos os textos que procuram confirmar a eficácia e a segurança da vacina. Concluímos que os textos analisados relacionaram os procedimentos enunciativos do conhecimento científico ao do senso comum para mobilizar o público na adesão à campanha.

Palavras-chave

Influenza H1N1; mídia; saúde; conhecimento científico; senso comum.

Introdução

O Observatório Saúde na Mídia integra, desde 2008, as atividades de pesquisa do Laboratório de Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – Laces/ICICT da Fundação Oswaldo Cruz. Embora proposto e coordenado pelo ICICT, é uma atividade que envolve outras unidades da Fiocruz, como a Coordenadoria de Comunicação Social da Presidência (CCS), o Centro de Pesquisa Ageu Magalhães (CPqAM), a Diretoria Regional de Brasília (DIREB) e a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), através da revista RADIS.

O Observatório tem como objetivo propiciar uma análise crítica sobre os modos pelos quais os meios de comunicação produzem sentidos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os temas específicos da saúde. Para tanto, prevê o monitoramento diário

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Sociologia e Antropologia (UFRJ) e chefe do Laboratório de Comunicação e Saúde da Fiocruz (LACES/ICICT/FIOCRUZ). E-mail: klerner@icict.fiocruz.br

³ Doutorando em Comunicação e Cultura (UFRJ) e pesquisador do Laboratório de Comunicação e Saúde da Fiocruz (convênio ICICT/SVS). E-mail: igorsacramento@gmail.com



de alguns dos principais periódicos impressos de grande circulação em nosso país.⁴ Este monitoramento consiste na leitura dos jornais, seleção das matérias publicadas que abordam o tema *saúde* e a inclusão das informações referentes a estas matérias em um banco de dados, que tem por base a plataforma eletrônica do DATASUS/FormSUS.⁵

Ao final de 2009, foi firmada uma parceria entre o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (por meio do Laces e da VideoSaúde) e o Núcleo de Comunicação da Secretaria de Vigilância em Saúde (NUCOM/SVS), com duração de um ano, cuja execução se iniciou em março de 2010. No que diz respeito ao Laces, essa parceria acarretou a ampliação das atividades do Observatório, com o aumento do número de periódicos acompanhados (inclusão dos jornais *Zero Hora*, *O Estado de S. Paulo* e *Estado de Minas*) e na produção de relatórios periódicos sobre os modos que dois agravos específicos (a Influenza H1N1 e a Dengue) apareceram nos cinco jornais considerados (além daqueles, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*) e no telejornal *Jornal Nacional*.

Atualmente, o Observatório Saúde na Mídia conta com uma equipe interdisciplinar, sem a qual a elaboração deste texto seria impossível. Apresentamos, aqui, pela primeira vez, a sistematização de discussões e análises que foram resultado das atividades coletivas que fazem parte dessa pesquisa.⁶

Para este trabalho, analisamos as relações entre o senso comum e o conhecimento científico produzidas pelos discursos midiáticos no primeiro mês da campanha da vacinação contra a Influenza H1N1, a partir do referencial teórico-metodológico da Semiologia dos Discursos Sociais, adotado pelo Observatório para seus trabalhos analíticos. Em seguida, brevemente, esclareceremos as principais características dessa abordagem. Depois, mostraremos como nos valem dela na nossa análise.

Desde suas origens (SAUSSURE, 1999) cabe à Semiologia, ciência geral dos signos, estudar a *linguagem em ação* em objetos particulares e em domínios

⁴ No Rio de Janeiro: *O Globo* e *O Dia*; em São Paulo: *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*; em Brasília: *Correio Braziliense*; em Recife: *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*.

⁵ FormSUS - Um serviço do DATASUS para a criação de formulários na WEB, de uso público, com Normas de Utilização definidas, compatíveis com a legislação e com a Política de Informação e Informática do SUS.

Página: <http://w3.datasus.gov.br/formsus/formsus.php>

⁶ A equipe conta com os seguintes pesquisadores: Adriana Kelly Santos (Dra Saúde Pública pela Fiocruz), Igor Sacramento (Doutorando em Comunicação e Cultura pela UFRJ), Izamara Bastos (Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ), Kátia Lerner (Dra Antropologia Social pela UFRJ) e Wilson Couto Borges (Dr. Comunicação Social pela UFF). Conta com os assistentes de pesquisa Karen Dias (Graduada em Comunicação Social pela Unesa) e Pedro Gradella (Graduando em Ciências Sociais pela UFF) e com os estagiários Bruno Costa e David Nascimento (Graduandos em Ciências Sociais pela UERJ).



circunscritos e variados (na cidade, no vestiário, na alimentação, na narrativa jornalística). Estes são observados como um conjunto de signos produzindo textos. Ao longo de décadas, recebeu aportes de diversos autores, que ampliaram, delimitaram e aplicaram seus princípios e métodos. Contemporaneamente e entre nós, Pinto (1999) sistematizou o que chamou de Semiologia dos Discursos Sociais, privilegiando a noção de Discurso, elegendo a idéia de contexto como eixo estruturante das metodologias de análise e articulando-a fortemente aos estudos midiáticos. Essa perspectiva entende discurso como o conjunto de textos articulados numa prática discursiva e parte do princípio de que o discurso é ao mesmo tempo processo de comunicação e prática social. As análises que daí derivam enfocam os processos de produção de sentido como práticas sociais contextualizadas.

A Semiologia dos Discursos Sociais sustenta-se em três postulados. O primeiro é o da *semiose infinita*, que diz que o processo de significação nunca se esgota num signo, desdobrando-se numa rede de significações (VÉRON, 1980). O segundo é o da *heterogeneidade enunciativa*, que fala da multiplicidade de vozes que constroem e dialogam entre si em cada enunciado ou discurso (AUTHIER-REVUZ, 1984). O terceiro postulado é o da *economia política do significante*, que afirma que todo bem simbólico (e aqui incluímos o noticiário) é produzido, circula e é consumido socialmente (PINTO, 1999), fazendo assim com que a comunicação possa ser entendida como um processo de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos.

Por fim, cabe ainda ressaltar, nesse conjunto de idéias-matrizes, a da propriedade dos discursos construir realidades. Ou seja, os discursos não apenas relatam os objetos de que falam, mas, ao falar deles de modo específico, constroem esses objetos. Cada órgão da imprensa analisado neste trabalho tem seu próprio modo de falar dos fatos e das instituições e assim fazendo, produz significações, produz sentidos específicos para aquele fato ou instituição. Estes sentidos circulam e se articulam com os muitos outros sentidos circulantes na sociedade.

O mês de março de 2010 apresentou, desde o seu início, matérias sobre a Influenza H1N1. Já nesse primeiro momento o grande assunto abordado foi a anunciada campanha de vacinação promovida pelo Ministério da Saúde. Depois da primeira etapa (para indígenas e profissionais de saúde), entre 8 e 19 março, houve uma grande diminuição de textos. Com a aproximação da segunda etapa (para gestantes), a partir de 22 de março, o assunto contou com maior freqüência, o que coincidiu com a abordagem de novos temas.



No dia 8 de março, data do início da primeira etapa da campanha, foram encontrados textos em todos os jornais monitorados. O foco principal foi a questão da **prevenção**, entendida prioritariamente pela via da imunização. O Estado, através do Ministério da Saúde, apareceu como seu grande promotor, com a meta de imunizar um alto percentual da população (80% ou 91 milhões de pessoas). Os textos endossaram essa perspectiva com informes sobre o funcionamento da campanha, trazendo os grupos a serem imunizados (indígenas e os profissionais de saúde), o calendário, endereços e assim por diante.

Nos dias subseqüentes (em especial até o dia 14/03), essa perspectiva sobre a **prevenção** permaneceu preponderante, com a exceção de uma notícia sobre a indefinição do início da vacinação em clínicas privadas. Entre os 15 e 17, a **suspeita da contaminação**, a **discordância da política de vacinação** e a **desqualificação das crenças do senso comum** foram os principais temas dos textos. Entre os dias 18 e 21, junto às notícias sobre a nova etapa da campanha de vacinação, a **desqualificação das crenças do senso comum** e a medida de **prevenção** adotada pelo Ministério da Saúde estruturaram os sentidos de alguns textos. No dia 22, início da segunda etapa, o tema voltou a ser a **prevenção** (diretamente associada à vacinação). Do dia 23 ao 31, o tema da **prevenção** naquela perspectiva perdeu espaço para textos sobre **assistência, pesquisa, contaminação e desconfiança**.

No que diz respeito especificamente aos sentidos produzidos sobre a atuação do Ministério da Saúde, a narração jornalística sobre a Influenza H1N1, em março, iniciou atribuindo à vacina um papel de destaque como principal estratégia de prevenção pois, segundo essa perspectiva, esta era a forma mais eficaz de evitar o contágio. A imagem preponderante sobre o Ministério da Saúde foi a de grande promotor da saúde, embora seja importante assinalar que essa imagem não foi exclusiva, pois veio recorrentemente acompanhada de comentários críticos sobre a **exclusão** de faixas etárias e sobre necessidade de estabelecimento de um prazo para o início da vacinação em clínicas privadas, o que possibilitaria maior ampliação da campanha. No entanto, apesar dessas perspectivas contrárias conviverem e disputarem espaço, até o dia 20 de março o grande antagonista da vacinação eram os “mitos” que circularam na Internet sobre seus malefícios.

No decorrer da segunda etapa da campanha de vacinação, a partir do dia 22, o Ministério da Saúde deixou de aparecer como grande aliado da prevenção. Problemas na assistência e na gestão fizeram com que os jornais o criticassem por estar impedindo



a vacina de chegar tanto aos grupos previstos para imunização como para aqueles que teriam de pagar. Nesse momento, a vacina ainda se manteve como a possibilidade de salvação diante do “mal iminente”, a pandemia. No entanto, a **desconfiança** em relação à competência do Ministério da Saúde nesta campanha de vacinação acabou sendo atrelada à desconfiança acerca da própria vacina. No dia 31, a última notícia do mês sobre a Influenza H1N1 comentou as reações como febre e problemas musculares que a vacina pode ter causado a um bebê (*Estado de S. Paulo*). A **confirmação** explícita da “segurança” da vacina, muito presente ao longo do mês, deu lugar a boatos sobre a “insegurança” da vacina.

Sendo assim, o binômio segurança/insegurança esteve presente nos textos nas relações entre confiança/desconfiança, crédito/des crédito, dos discursos da ciência e do senso comum. Se, até antes do início da segunda etapa da campanha de vacinação, houve um grande esforço para desqualificar as crenças populares com base no discurso médico-científico, depois, o Ministério da Saúde passa a ser questionado nos seus critérios e a própria benesse promovida pela vacina é posta em dúvida, reforçando o discurso do senso comum.

Para este trabalho, centramos a nossa atenção nos modos como os jornais se apropriam de discursos do senso comum e do conhecimento científico para construir sentidos sobre a campanha de vacinação da H1N1. Por conta do grande volume de material empírico, analisamos os textos cujos títulos já abordavam os boatos sobre a insegurança da vacina. Isso demonstra a centralidade do assunto nos textos e, por isso, tornou-se o nosso critério de seleção no conjunto de discursos produzidos. Depois disso, consideramos a nossa leitura dos textos para saber quais realmente tratavam da temática.

A análise dos discursos

Seguindo os critérios acima mencionados, analisaremos quatro textos. O primeiro, publicado no dia 10 de março pelo *Zero Hora*, é a notícia “Brasileiros informados sobre a vacina contra gripe”. O segundo, “É uma guerra. Bacteriológica”, é um artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* no dia 14. O terceiro texto, “Vírus da desinformação: os mitos contra a vacina”, é uma reportagem publicada no dia 17 de março também em *Zero Hora*. O último é a entrevista “Vacina contra gripe é segura”, publicada no dia 20 de março por *O Estado de S. Paulo*.

A notícia “Brasileiros informados sobre a vacina contra a gripe” foi publicada no jornal *Zero Hora*, na editora intitulada por Geral. Ela se localiza no alto da página, no canto esquerdo, ao lado da foto, com um agente sanitário dedetizando plantas de uma casa, da matéria principal (a maior) da página, “Saúde isola Aedes em Porto Alegre, sobre a ação da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre para a “pulverização” de áreas no bairro de Petrópolis, “onde mora homem que contraiu doença Ijuí”. As duas matérias estão publicadas estabelecem uma relação temática. As duas tratam sobre dois agravos com histórico epidêmico sob o ponto de vista da prevenção (a dedetização, num caso, e a imunização, no outro). Dessa maneira, estrategicamente associadas na mesma página da editora Geral, elas produzem a sensação de uma subeditoria, que poderíamos chamar de “Saúde”.

No entanto, pela disposição dos textos e da imagem, as relações não são apenas temáticas, mas também de contigüidade. A menor vem com o “chapéu”⁷ “Alerta na Saúde” e a segunda, com “Contra a dengue”. Nesse sentido, a “Saúde” é definida como opositora da doença. A saúde é promovida por uma instituição social estruturada (no caso, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre) que deve estar alerta para combater qualquer possibilidade de doença. Nesse sentido, a saúde é imaginada como ausência de doença. Ou, como no texto sobre a dengue, a saúde deve “pulverizar” a possibilidade de doença. Apesar das tentativas de ruptura com essa definição de saúde, ela ainda configura o *fundo comum* das representações sociais sobre as relações entre saúde e doença (ALMEIDA-FILHO e JUCÁ, 2002).

Em “Brasileiros informados sobre vacina contra gripe”, cabe chamar a atenção, primeiramente, ao vocábulo “informados”. Nessa construção, a informação funciona como condição necessária para a vacinação. Ou seja, alguém só se vacina contra a Influenza H1N1 se está informado. Ao longo do texto, entendemos os elos de sentidos propostos pelo título. A notícia apresenta uma pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde, afirmando que “um terço dos brasileiros entrevistados disseram conhecer o calendário de vacinação contra a gripe A”. Esse é o primeiro dado a ser conhecido que configura parte da informação necessária para se vacinar: saber se está contemplado pelos grupos-alvo da campanha e, estando, saber quando será a sua vez de comparecer a um posto de vacinação.

⁷ Expressão jornalística para designar o texto que vem em cima do título da reportagem ou da notícia e que destaca um dos seus aspectos.



Segundo o jornal, a pesquisa foi realizada com 1,3 mil entrevistados de todos os Estados entre 20 e 24 de fevereiro. O resultado foi o seguinte: “36% dos entrevistados desconhecem as datas da campanha, cuja primeira etapa teve início na segunda-feira [8 de março]”. Logo após a apresentação desse resultado, a notícia apresenta a seguinte fala de o ministro da Saúde José Gomes Temporão: “Temos um universo importante de pessoas que não estão adequadamente informadas sobre a campanha”. Assim, tal passagem confirma que ainda havia muitos brasileiros desinformados e, na lógica do texto, não se vacinariam.

Em seguida, a notícia assim se encerra:

O brasileiro está confiante em relação à eficácia da vacina. Segundo a pesquisa, 71% das pessoas sondadas acreditam que a vacina é eficaz. 83% não têm medo de tomar a vacina, e 84% dos pesquisados gostariam de tomar a vacina (*Zero Hora*, 10/03/2010: 31 [grifos nosso]).

Desse modo, o texto está reconhecendo e desqualificando os boatos sobre a eficácia e a segurança da vacina. A justaposição entre eficácia e segurança (como ausência de medo) faz com que mais pessoas (84%) tenham vontade de tomar a vacina. No entanto, o medo e as dúvidas em relação à vacina existem.

Dentro da lógica do texto, os brasileiros tinham de conhecer mais dados para se ficar mais informados e, também, vacinados. Além de conhecerem o calendário de vacinação, eles precisariam saber da eficácia e da segurança da vacina.

A notícia conta, ainda, com um Box com um calendário de vacinação. Com essa valorização, sabemos que, naquele momento, o dado mais importante é o conhecimento do calendário de vacinação.

As informações trazidas sob o título “É uma guerra. Bacteriológica” e subtítulo “Com vacinação contra gripe suína ouviremos queixas de reações adversas. São todas reações inofensivas e previsíveis. A vacina é do bem” tornam-se elemento central da nossa análise. O artigo, publicado em *O Estado de S. Paulo* no dia 14 no caderno *Aliás*, foi assinado por Stefan Cunha Ujari, identificado como médico infectologista, autor de *A História da Humanidade Contada Pelos Vírus*.

Se as construções narrativas produzidas a partir de processos históricos de longa duração (e que identificamos como ecos do passado) eram dados marginais, nesse ponto elas se materializam numa organização textual que liga o presente ao passado sob o ponto de vista da prevenção. Neste texto, não há outra opção a fazer senão vacinar as pessoas, afinal “há cerca de 10 mil anos começamos a domesticar os animais. Vírus



mutantes do gado atingiram o homem originando o sarampo. Hoje, porcos e aves protagonizaram o nascimento da gripe suína” “Conquista do Império Romano”, “Peste Negra”, “Gripe Espanhola”, “Gripe de Hong Kong”, “Gripe Aviária” e “Gripe Suína”. Essa é uma cadeia de eventos que, organizados temporalmente pelo jornal parece nos conduzir a uma única conclusão: temos que tomar a vacina, independente do que isso possa vir a significar, é o argumento de *O Estado de S. Paulo*. Na avaliação do produtor da informação, a vacina é uma “arma” para conter o número de mortes. Desta forma, ressaltamos o recurso às metáforas bélicas (**guerra, conquista, invasão, arma**, para citarmos apenas essas) permeando os textos jornalísticos. Neste caso, algumas perguntas são produzidas pelos jornais, num claro processo de condução do percurso que seus leitores devem seguir: se é uma arma para conter o número de mortes, por que só se pretende vacinar quase metade da população brasileira? Se é tão fundamental assim, por que metade ficará de fora? Mais ainda: por que a tamanha diferença entre a vacina da rede pública e a da privada?

Além disso, gostaríamos de destacar no texto a seguinte passagem, desqualificando os “mitos” sobre a eficácia e a segurança da vacina:

A vacina contra a gripe não passou em branco. Disseram que provoca a gripe. Mito. O vírus utilizado é morto, portanto, não causa doença. Por que o mito? A ação plena da vacina ocorre após 14 dias, o vacinado pode ficar gripado antes disso. Infecção por outros vírus, como o do resfriado, podem ser interpretados como gripe e manter aceso o mito. A vacina pode causar sintomas leves de febre baixa, dores pelo corpo e indisposição. Isso não é gripe, apenas reações passageiras que uma minoria apresenta.

Com a vacinação em massa ouviremos queixas de reações vacinais, porém, inofensivas e previsíveis. Mas não devemos nos preocupar. A vacina será uma arma para nosso próximo inverno (*O Estado de S. Paulo*, 14/03/2010: J3 [grifos nossos]).

Sabemos que na cultura ocidental o mito é definido como inferior à razão. Se a ciência é racional, então, o mito não é científico. É essa a estratégia do texto, desmentir os mitos a partir da ausência de racionalidade deles. No entanto, o próprio autor reconhece que há “reações vacinais” que podem ser interpretadas como a manifestação de uma doença provocada pela vacina, o que mantém “aceso o mito”. No entanto, essas



interpretações não são racionais. Ele, com a autoridade do conhecimento científico, afirma que tais reações são “inofensivas e previsíveis”. Cabe, portanto, ao conhecimento científico, por oposição, apagar o mito.

De certa forma, esse texto se conecta às ancestrais disputas entre o *tradicional* e o *moderno*. As representações míticas, fantasiosas e tidas como enganosas, da vacina são resultados do arraigamento a crenças sem comprovação científica, mas com experiências relatadas. Já as definições científicas são modernas, porque buscar superar os mitos em prol da razão.

Mesmo mantendo essa dicotomia, o texto, no uso de metáforas bélicas, se vale de representações do senso comum. Ao definir a vacina como uma arma contra o vírus, ele utiliza que se tornou comum: a associação da prevenção à guerra. Desse modo, ficam estabelecidos os aliados, os inimigos e a arma para o confronto.

No dia 17 de março, o jornal *Zero Hora* publicou a matéria “Os mitos contra a vacina”, cujo subtítulo era “E-mail que condena a imunização contra a gripe A é desmentido por autoridades e especialistas”. Tinham como “chapéu” as seguintes palavras: “Vírus da desinformação”. A associação de todos esses textos confirma que a desinformação é própria daqueles que estão contaminados pelos vírus dos mitos. Nesse sentido, informação é definida como algo verdadeiro, científico, comprovado por autoridades e especialistas. Desinformação é aquilo que não tem esse tipo de comprovação e, portanto, é mítico, enganoso e falso. Enfim, esses textos reunidos reconhecem que os boatos sobre a segurança da vacina estão em alta circulação, sendo reproduzidos e apropriados.

A matéria se concentra numa mensagem anônima que circula na internet afirmando que a vacina é assassina e que convoca “as pessoas a não se imunizarem, colocando em dúvida a qualidade das doses e das campanhas desenvolvidas pelo governo”. Apesar de não transcrever a íntegra da mensagem, a matéria comenta:

O autor do texto afirma que o produto contém substâncias capazes de provocar um “genocídio”. Entre erros de pontuação e frases sem sentido, sugere haver uma “tramóia” entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e fabricantes para garantir lucros com a venda da vacina.

Cansada de mensagens do tipo, a vice-presidente nacional da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), Isabella Ballalai, classificou o alerta como irresponsável. A especialista disse que as vacinas já foram usadas nos Estados Unidos e na Europa com êxito. Segundo ela, não houve registro de mortes nem de efeitos colaterais graves (*Zero Hora*, 17/03/2010 [grifos nossos]).

A desqualificação da mensagem não é feita somente pelo desmentimento de especialistas, mas pela própria forma da mensagem. Também pelo fato de contar com “erros de pontuação e frases sem sentido”, ela não poderia ser confiável. Essa foi mais uma forma de desmerecimento dos boatos, mostrando as suas inadequações no uso do idioma. Mesmo a mensagem sendo anônima, o “autor do texto” – imaginando que há realmente um único autor – é virtualmente responsabilizado pela insuflação de “mitos contra a vacina”, como já anunciado no título da matéria. No entanto, ele só pode ser responsabilizado virtualmente. Seu discurso anônimo, sem assinatura, sem alguém a quem responsabilizar, circula na internet, vai sendo apropriado e aumentando a desconfiança em relação à vacina.

Nesse sentido, para além dos problemas na redação e na comprovação científica no texto do “e-mail que condena a sua imunização”, questiona-se o anonimato. Não existe um autor, mas, como diria Michael Foucault (2003), a fala anônima, obscura, opaca, sem autor e responsável, sem reconhecimento institucional e, portanto, associado à loucura, ao desvario, à inverdade, ao fantasioso, ao mítico – ao “senso comum”, portanto. Além disso, no anonimato, os discursos se associam de modo a configurarem uma rede de significações anônima, evocando os “medos” que existem em relação aos efeitos das vacinas de modo geral. Todavia, talvez seja justamente por esse anonimato que o texto tenha esse impacto de denúncia (mostrando a verdade sobre a vacina, para além do que é dito oficialmente). Ficam, então, os discursos em disputa pelo poder de ser aceito como confiável.

Naquele trecho citado acima, em oposição ao discurso anônimo, não científico, há uma declaração da vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), Isabella Ballalai, afirmando, baseada em dados comparativos, que em outros países que adotaram a vacina não houve casos de mortes ou de efeitos colaterais graves. Diferente desse uso, os outros dois depoimentos se valem da experiência pessoal dos especialistas e não do conhecimento científico. O chefe do serviço de Infectologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Luciano Goldani, diz ter sido um dos primeiros a se vacinar. Ele teme que os boatos sobre a vacina façam com “os gaúchos deixem de se proteger”. Nesse sentido, a proteção é a vacinação. Para dirimir qualquer possibilidade de boato, ele afirma o seguinte: “Fiz a vacina e o máximo que senti foi o braço dolorido”. Assim, é associada à autoridade da titulação a proximidade do relato da experiência, o que poderia promover maior identificação e confiança no público em relação à vacina.



Logo em seguida, o secretário estadual de Saúde do Rio Grande do Sul também rechaçou o e-mail, definindo-o como “sórdido” e “covarde”. A matéria apresenta, então, o apelo do secretário: “Não deixem de se vacinar. Risco correrá quem acreditar nesses boatos”. Nesse sentido, a matéria constrói as disputas entre os discursos científicos e os “sórdidos” e “covardes” pela atribuição ou não de segurança na vacina. Ou seja, a disputa é pela confiança do público. Para isso, classifica-se o texto como “sórdido”, por ser mentiroso, e “covarde”, por ser anônimo.

No dia 20 de março, *O Estado de S. Paulo* publicou uma entrevista com a Isabella Ballalai, vice-presidente da Associação Brasileira de Imunizações (Sbim). O texto foi intitulado como “Vacina contra a gripe é segura”. Trata-se de uma fala da médica que serve para confirmar a segurança da vacina. Para isso, foram desmentidas as principais dúvidas – incertezas – em relação à vacina: se ela tem algum efeito colateral, se quem já contraiu o vírus deveria se vacinar, se a vacina tem mercúrio, se quem estiver com febre ou resfriado pode se vacinar e se deve haver intervalo entre a vacina da gripe comum e da suína.

A seguir, analisaremos alguns momentos que compuseram a entrevista:

A vacina contra a gripe suína tem algum efeito colateral?

A vacina pode levar a eventos adversos leves e locais, como vermelhidão e dor no braço. A dor de cabeça tem sido uma queixa comum, mas os eventos adversos não chegam a 1% das doses aplicadas no Rio. É uma vacina segura (*O Estado de S. Paulo*, 20/03/2010 [grifos nossos]).

Mesmo reconhecendo a dor de cabeça como uma “queixa comum”, a médica afirma que as reações adversas não chegam a 1%. Então, eles seriam desprezíveis, e as pessoas acometidas por tais reações, ignoradas. Por não provocar reações na maioria, a vacina é considerada segura. No entanto, a sua explicação reconhece a existência de “eventos adversos”. Ou seja, a vacina pode provocar vermelhidão, dor no braço e dor de cabeça. Nesse sentido, ela não é totalmente confiável. Não é totalmente segura, o que, de certa forma, confirmaria os boatos sobre o risco de se vacinar.

Em seguida, temos o seguinte momento:

Pessoas que já tiveram a gripe suína devem se vacinar?

É muito pouco provável que quem teve um quadro gripal no ano passado tenha certeza se teve ou não a gripe causada pelo influenza H1N1 pandêmico. Exceto aquelas pessoas que tenham tido o exame comprobatório, quem acha que teve a doença deve se vacinar.

A vacina contém mercúrio. Há algum risco de contaminação? Quase todas as vacinas disponíveis nos postos de saúde contêm mercúrio. A



vacina DTP (contra difteria, tétano e coqueluche) contém mercúrio. Não há nada de perigoso ou preocupante. A vacina da gripe, oferecida aos nossos idosos, contém mercúrio desde sempre (O Estado de S. Paulo, 20/03/2010 [grifos nossos]).

Mesmo sem ser perguntada sobre as reações adversas que podem ser motivadas pela presença de mercúrio na vacina, a médica afirma que “não há nada perigoso ou preocupante” no fato de a vacina conter aquele metal. Assim, estabelece, por oposição, diálogo com os rumores sobre a segurança da vacina. Ela, num argumento comparativo, comenta que a vacina contra a gripe comum para idosos contém mercúrio “desde sempre”. Essa expressão confirma que o uso daquele metal como componente da vacina é algo rotineiro, comum, não é muito especial. Nesse sentido, não seria necessário temer a vacina.

Para a última pergunta da entrevista, a médica deu a seguinte resposta:

É necessário dar intervalo entre as vacinas contra gripe suína e sazonal?

A rede privada vai oferecer a vacina combinada contra a gripe sazonal e contra o vírus H1N1, Quem tomar agora a vacina oferecida no posto de saúde e mesmo assim o médico indicar a sazonal depois, deve esperar pelo menos 30 dias entre uma vacina e a outra. Idosos que tomarem as vacinas no posto podem tomar no mesmo dia, porque o governo oferece as doses em separado. O risco é tomar duas vezes a vacina contra H1N1 (O Estado de S. Paulo, 20/03/2010 [grifos nossos]).

A associação entre a noção de risco e a vacina propõe o sentido de ela não era totalmente segura. Isso confirmaria aqueles discursos anônimos sobre as causas e conseqüências da vacinação.

Considerações finais

Escolhemos o primeiro mês da campanha de vacinação pela peculiaridade dos inícios das narrativas: a apresentação. Sendo um acontecimento novo, a campanha teve de ser não só explicada pelos jornais, mas principalmente apresentada. Nesse momento, os jornais se afinaram com o Ministério da Saúde na divulgação do calendário da campanha, por confiarem na eficiência e na segurança da vacina no controle do risco de surto pandêmico. Por isso, os textos analisados desqualificaram os boatos sobre as reações adversas provocadas pela vacinação, convocaram as pessoas dos grupos-alvos de cada etapa da campanha a se imunizarem e combaterem a resistência da população em aderir à campanha.



No que diz respeito às relações entre o “senso comum” e o “conhecimento científico” nos textos analisados, pudemos observar que aquele que se relacionou com discursos de confiança e de desconfiança em relação à vacina. Nos textos que confiavam na vacina, foram convocados diferentes especialistas, autoridades do conhecimento científico, para testificarem que a vacina é segura e que é uma “arma” na “guerra” contra uma nova epidemia do vírus. No segundo caso, os jornais mencionaram casos em que pessoas tiveram reações adversas à vacina, confirmando os rumores sobre os “perigos” da vacinação. Como sabemos, a confiança é fundamental para promover a adesão emocional dos públicos aos sentidos propostos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYECA, 1996). Sendo assim, o que estava em disputa era a confiança no discurso do especialista como cientista, falando a partir do seu conhecimento científico, e no do especialista como vacinado, falando a partir de sua experiência pessoal e confirmado a segurança da vacina. Esses discursos se opunham aos boatos sobre os efeitos nocivos à saúde produzidos pela vacina. Nesse embate, ambos discursos se sedimentaram no senso comum para poderem *afetar* - produzir afetos e sentidos – no público. No caso do especialista como cientista, apelou-se a imagem de autoridade do cientista como porta-voz da verdade. Quando o especialista narra a sua experiência, procura-se associar a autoridade do conhecimento científico à proximidade proporcionada pela exposição da vivência pessoal. No caso dos boatos, pelo seu anonimato, eles se apresentam como denúncia – a verdadeira verdade – e desmentem o conhecimento científico.

O senso comum, como um sistema cultural (GEERTZ, 1997), não está restrito às classes populares, mas ela constituiu o *fundo comum*, embora nem sempre muito integrado, sobre o qual se estruturam as representações e práticas sociais das diferentes sociedades. Nesse sentido, ele não está em oposição ao conhecimento científico, pois também faz parte dele. No entanto, o conhecimento científico se coloca em oposição a uma imagem estática de senso comum, aquela associada à tradição, ao atraso, ao imobilismo e à ignorância. Assim, por oposição e definição, o conhecimento científico levaria a uma “iluminação cultural”, mesmo que, para isso, tivesse que superar as resistências culturais do senso comum (BAUER, 1994). Ou seja, assim o senso comum, para o conhecimento científico, não seria histórico, mas imóvel.

No entanto, como observamos na análise, os discursos dos especialistas utilizaram metáforas bélicas para abordar a prevenção, um recurso bastante comum no campo da saúde e da mídia (“É uma guerra. Bacteriológica”) e que procura convocar as pessoas para a “guerra” contra o vírus, usando a vacina como a “arma”. Esse recurso,

própria das áreas de saúde, como a imunologia e a epidemiologia, acabou nutrindo o senso comum de uma representação da prevenção baseada no confronto (BASTOS, 2002). É por isso que palavras como combate, ameaça, risco e vulnerabilidade são freqüentemente usadas.

Além disso, houve casos que os próprios médicos e científicos se valerem do *senso comum* de outro modo (“Vírus da desinformação: os mitos contra a vacina”). Apelando às emoções, eles contaram suas próprias experiências, positivas, com a vacinação. Desse modo, poderiam fazer com as pessoas confiassem na vacina.

No primeiro mês da vacinação, os relatos sobre as reações adversas da vacina (sobre o “mal” causado ela) eram vistos como ameaças ao sucesso da campanha de vacinação. A vacina era colocada pelo discurso médico-científico como “um lugar seguro”. Num momento em que não se sabia se haveria uma nova pandemia de Influenza H1N1, a vacina era a garantia da imunidade contra o “perigo” de adoecer. No entanto, a própria vacina foi representada, pelas narrativas do senso comum, como um lugar de perigo, ameaçador e inseguro.

Como já observou Anthony Giddens (2002), na modernidade, a *segurança* está associada à *confiança*. É preciso confiar nos dispositivos, nas instituições e nas pessoas para considerá-los como “lugares seguros”, áreas de segurança, num mundo dominado por incertezas, inseguranças, riscos e desconfianças. Por mais que os especialistas e o Ministério da Saúde tenham colocado a vacina como um “lugar seguro” diante da possibilidade de nova pandemia de Influenza H1N1, ela, como vimos, desde o início da campanha, provocou desconfianças. E a desconfiança produz insegurança. A sua existência possibilita abertura para os riscos, para a imprevisibilidade, para uma desagradável surpresa. Foi por isso que os textos contaram com médicos e cientistas reafirmando a vacina como um “lugar seguro”.

Os textos analisados constroem as disputas entre os especialistas e os boatos (discursos anônimos, como vimos) na conquista da confiança. No primeiro caso, os rumores se configuram como os riscos. Eles podem impedir as pessoas de se imunizarem contra a Influenza H1N1, usando a vacina como forma de garantir a segurança aos riscos do contágio. No segundo regime de discursos, a vacina é insegura e traz riscos à saúde.

Os especialistas, como vimos, usaram de duas estratégias de confirmação da segurança da vacina. A primeira, mais corriqueira no discurso médico-científico, é o uso da autoridade do conhecimento como atestado de confiança. A segunda foi aquela que



se apropriou da própria experiência pessoal com a vacina para confirmar a sua segurança. Nos dois casos, são reproduzidas as lógicas da *medicalização* da saúde coletiva (cf. BIRMAN, 2005), associando a manutenção do estado saudável (a ausência de doença) ao uso de medicamentos. Portanto, a vacina seria o “lugar seguro” que garante a permanência da saúde. No entanto, por conta da permanência de desconfianças, essa segurança não era garantida. Mesmo assim, nos textos analisados, observamos que há afinidades entre a postura midiática com a dos especialistas: defender que a vacina é segura, objetivo este também do Ministério da Saúde.

Referências bibliográficas

ALMEIDA-FILHO, N.; JUCÁ, V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p. 879-889, 2002.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) Énonciative(s). **Langages**, Paris: Larousse, 73, p.98-111, 1984.

BASTOS, C. Metáforas de guerra em bacteriologia e imunologia: em busca de um novo paradigma. In: _____. **Ciência, poder, ação: as respostas à Sida**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BAUER, M. A popularização da ciência como iluminação cultural: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BIRMAN, J. A physis na saúde coletiva. **Physis. Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 11-16, 2005.

FOUCAULT, M. “Da arqueologia à dinástica”. In: MOTTA, M. B. (org.). **Michel Foucault - Ditos & Escritos** (vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GEERTZ, C. O senso comum como um sistema cultural. In: _____. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, M.J. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

VÉRON, E. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1980.